

mesmo revolta contra a guerra se vinham manifestando entre os combatentes desde os anos sessenta. O dilema complicava-se, se se pensasse que as feridas de guerra que, em teoria (não na realidade), os deveria ter por heróis pelo antigo regime, eram o que, aparentemente, os condenava no regime democrático do pós-25 de Abril.

Na verdade, havia uma só maneira de resolver esta situação conflituosa e paradoxal. Primeiro, era preciso que os políticos e governantes tivessem a consciência aguda da injustiça que representava o não-reconhecimento, pela sociedade, da dignidade devida aos deficientes; a consciência de que a injustiça da guerra colonial era a mesma que fazia destes homens culpados e rejeitados pela sociedade; e sobretudo, que eles próprios, responsáveis políticos – que tinham, na sua grande maioria, lutado contra a ditadura – eram parte integrante dessa colectividade portuguesa que excluía e diminuía os mutilados e o povo português, desde, portanto, os tempos do antigo regime. Assumindo-se como responsáveis também do mal que condenara e continuava a condenar os portugueses, agora nas pessoas dos deficientes, tornavam-se capazes, por meio de uma cerimónia de tipo sacrificial, simbólica, de operar a passagem do antigo regime para o novo, limpando e purificando a nação inteira. Este tipo de rito colectivo não se fez em Portugal – como não se fez na Alemanha, nem na Itália, nem em França ou na Espanha. E como não se fez, o nosso país, como os outros, não se curou de muitas mazelas do fascismo.

Claro que é extremamente difícil realizar um rito de passagem dessa natureza, sobretudo quando os próprios libertadores se devem assumir também como responsáveis do mal de que se querem libertar – porque a sociedade inteira foi responsável pela sua própria submissão, sendo conivente no seu todo, mesmo passivamente, com o poder salazarista; e foi a mesma sociedade que desprezou e humilhou os soldados mutilados durante a guerra e os negligenciou depois dela. O rito de passagem destinava-se a redimir toda a sociedade e a integrar plenamente os deficientes, mudando radicalmente a percepção que deles tinha. Assumindo que fizeram parte do antigo regime de percepção, que para ele tinham contribuído prática e discursivamente, mais:

confundindo e combinando deliberadamente a injustiça da guerra e da exploração colonial com a injustiça da percepção dos deficientes como subcidadãos, os nossos responsáveis, ao participar no rito “sacrificial”, apagariam, queimariam, anulariam o que os ligava ainda ao anterior sistema de poder, e libertariam toda a sociedade dos traços perversos que traziam do passado. O rito transformaria a percepção aberrante, reabilitaria e recompensaria os deficientes integrados numa comunidade que nelles se reconhecera sem problemas. A própria ideia de Pátria adquiriria um sentido mais adequado e concreto. Redimir-se-iam crimes e culpabilidades de todo o tipo, pondo as forças de destruição ao serviço do nascimento do novo cidadão português.

Esta ideia de um rito que faltou para se passar do fascismo à democracia com o mínimo de coerência necessária para o bom funcionamento social, não é irrealista nem utópica, mas constitui uma necessidade intrínseca da regeneração da sociedade, mesmo se raramente se realizou no curso da história. Quando Willy Brandt beija o solo de Auschwitz pedindo perdão em nome do povo alemão ou quando João Paulo II pede desculpa pelos crimes da Inquisição, estão ambos a assumir-se como responsáveis representantes de um povo também responsável por aqueles crimes, esboçando um gesto ritual de um rito de passagem purificador.

Não posso terminar sem duas observações, para que não haja mal-entendidos: primeiro, não esqueço tudo o que o 25 de Abril e os seus revolucionários trouxeram ao povo português; como não esqueço a longa luta e os esforços contínuos da ADEFA para que os lesados da guerra possam ser plenamente reconhecidos nos seus direitos de cidadania e na dignidade das suas pessoas. Tudo isso é admirável e nós todos lhe estamos profundamente gratos. Honra-nos, dignifica-nos, eleva-nos enquanto seres humanos.

O que eu quis aqui dizer aponta nessa mesma direcção: é em nome do profundo reconhecimento que devemos aos deficientes da guerra, da consciência que temos do drama que atravessaram e do seu significado para a definição da nossa relação, hoje, com a sociedade e a pátria portuguesas, que procurei compreender melhor a natureza da dívida que para com eles temos.

Definição das Áreas Geográficas de Intervenção dos Técnicos da Equipa de Implementação



PADM

PLANO DE AÇÃO
PARA APOIO AOS
DEFICIENTES MILITARES

Área geográfica	Técnico/a
Distrito de Bragança Todos os concelhos	Ana Moreira T. 925 604 523 ana.moreira@padm.crrpg.pt Polo Porto
Distrito de Vila Real Todos os concelhos	
Distrito de Viana do Castelo Todos os concelhos	
Distrito de Braga Todos os concelhos	
Distrito do Porto Todos os concelhos	Vera Silva T. 960 076 911 vera.silva@padm.crrpg.pt Polo Porto
Distrito Aveiro Concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Feira, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Ovar, S. João da Madeira e Vale de Cambra	
Distrito de Aveiro Concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Ílhavo, Mealhada, Oliveira do Bairro, Sever de Vouga e Vagos	
Distrito de Viseu Todos os concelhos	
Distrito da Guarda Todos os concelhos	Norberto Simões T. 960 076 902 norberto.simoese@padm.crrpg.pt Polo Coimbra
Distrito de Coimbra Todos os concelhos	
Distrito de Castelo Branco Todos os concelhos	
Distrito de Leiria Concelhos de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrogão, Pombal	
Distrito de Portalegre Concelhos de Castelo de Vide, Crato, Gavião, Marvão, Nisa e Portalegre	Ana Machado T. 917 365 357 ana.machado@padm.crrpg.pt Polo Lisboa
Distrito de Leiria Concelhos de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Peniche e Porto de Mós	
Distrito de Lisboa Todos os concelhos	
Distrito de Santarém Todos os concelhos	
Distrito de Setúbal Todos os concelhos	Susana Silva T. 925 574 012 susana.silva@padm.crrpg.pt Polo Lisboa
Distrito de Portalegre Concelhos de Arronches, Alter do Chão, Avis, Campo Maior, Elvas, Fronteira, Monforte, Ponte de Sôr e Sousel	
Distrito de Évora Todos os concelhos	
Distrito de Beja Todos os concelhos	
Distrito de Faro Todos os concelhos	Natércia Raposo T. 960 081 716 natercia.raposo@padm.crrpg.pt Polo Lisboa
Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e outros países	
Região Autónoma da Madeira	Idalina Freitas T. 968 581 300 idalina.freitas@padm.crrpg.pt Polo da Madeira
Região Autónoma dos Açores	Maria Botelho T. 960 076 876 maria.botelho@padm.crrpg.pt Polo dos Açores